

Aula 00

*TRF 6ª Região (Analista Judiciário - Área
Judiciária - Sem Especialidade) Passo
Estratégico de Direito Ambiental - 2024
(Pós-Edital)*

Autor:
Monik Begname de Castro

19 de Outubro de 2024

Sumário

Introdução	2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	2
Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988	2
Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável	10
Conceito de Poluição, Aspecto e Impacto Ambiental	11
Aposta estratégica	13
Questões estratégicas	14
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	25
Perguntas	25
Perguntas com respostas	26
Lista de Questões Estratégicas	32
Gabarito	36



INTRODUÇÃO

Olá, pessoal, tudo bem?

Neste relatório, dando continuidade à análise dos pontos do nosso edital, estudaremos os seguintes assuntos: [Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988](#); [Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável](#); [Conceito de Poluição, Aspecto e Impacto Ambiental](#). Vamos ver como costuma ser cobrado e quais os pontos merecem uma atenção especial nos seus estudos.

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988

1. A CFRB/88 foi a primeira Constituição brasileira a dedicar um capítulo exclusivo para tratar do meio ambiente. Trata-se do Capítulo VI do Título VIII (Da Ordem Social), representado pelo artigo 225.



Art. 225 **Todos** têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Direito Difuso: sua proteção é de interesse de toda a sociedade.

- A previsão constitucional acerca do meio ambiente mais importante certamente é a de que **todos** têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;

- Não é a qualquer ambiente que todos tem direito, mas sim ao meio ambiente **ecologicamente equilibrado**;

- Considera-se o meio ambiente um **direito fundamental** da pessoa humana, sendo considerado um direito de **terceira geração**, pois está relacionado a aspectos transindividuais, isto é, aspectos que extrapolam o âmbito do indivíduo.



- A CFRB/88 **impõe (obrigação)** tanto ao **PODER PÚBLICO** quanto à **COLETIVIDADE** o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e as futuras gerações.

2. No **§ 1º do art. 225**, a CFRB/88 apresenta diversas **responsabilidades** do poder público para que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado seja assegurado:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em **todas as unidades da Federação**, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a **alteração** e a **supressão permitidas somente através de LEI**, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, **estudo prévio de impacto ambiental**, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em **todos os níveis de ensino** e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

VIII - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de **lei complementar**, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam a alínea "b" do inciso I e o inciso IV do caput do art. 195 e o art. 239 e ao imposto a que se refere o inciso II do caput do art. 155 desta Constituição.

- Meus alunos, gostaria de fazer algumas observações sobre o inciso VII que acabamos de estudar, pois ele é bastante importante para fins de prova, uma vez que ganhou uma particularidade a mais em 2017. O § 7º foi incluído pela Emenda Constitucional nº 96/17 com a seguinte redação:

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, **não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais**, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de



natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser **regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.**



São **vedadas** as práticas que submetam os animais a crueldade, sem exceção

Não são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais

Para tanto, devem ser registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos



Incumbências do Poder Público para assegurar o Direito ao Meio Ambiente

- Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais
- Prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas
- Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País
- Fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético
- Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais a serem especialmente protegidos
- Exigir estudo prévio de impacto ambiental
- Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco
- Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública
- Proteger a fauna e a flora
- Manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis



3. O **§ 2º do Art. 225** traz que aquele que explorar recursos minerais fica **obrigado a recuperar o meio ambiente degradado**, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, **na forma da lei**.

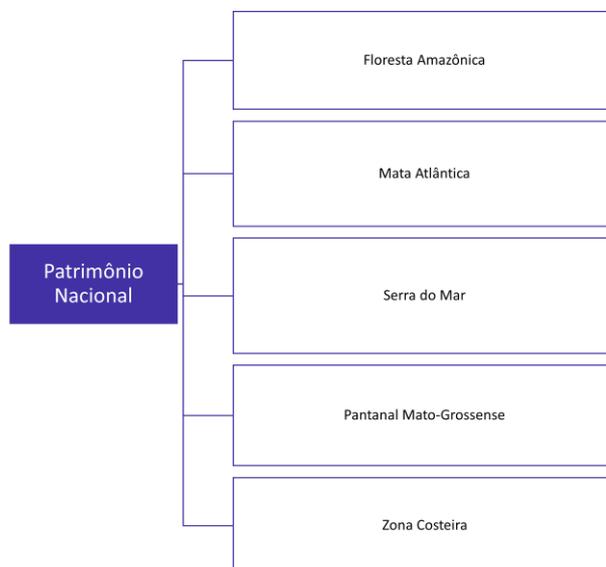
- Nada mais justo que aqueles que explorarem os recursos ambientais do ambiente sejam obrigados a **recuperar** a área degradada.

4. O próximo parágrafo do **art. 225 é o 3º** e está relacionado à **responsabilidade** atribuída aos infratores do meio ambiente. Veja a literalidade de tal dispositivo:

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a **sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.**

- Esse § 3º instaura a chamada **tríplice responsabilização ambiental: civil, administrativa e penal.**

5. São **patrimônio nacional** de acordo com o § 4º do art. 225:



§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira **são patrimônio nacional**, e sua utilização far-se-á, **na forma da lei**, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

- A **Floresta Amazônica** e a **Mata Atlântica** são duas das formações com maior biodiversidade do mundo.

- O **Pantanal**, além de também muito diverso, é uma área extremamente sensível ambientalmente, visto que constitui uma grande planície alagável sujeita facilmente a contaminação hídrica.

- A **Serra do Mar** e a **Mata Atlântica** como um todo são locais historicamente muito impactados pela ocupação antrópica na costa brasileira.



- A **Zona Costeira**, por sua vez, possui uma importância estratégica ímpar, em vista da enorme extensão litoral do Brasil.

6. A CFRB/88 prevê que as **terras devolutas** do Brasil necessárias à proteção dos ecossistemas naturais sejam **indisponíveis** em vista da importância ecológica de tais locais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

- **Terras devolutas** são aquelas pertencentes ao poder público e que nunca foram legalmente de um particular.

- O ajuizamento de uma ação discriminatória visa a, portanto, identificar tais áreas e reconhecê-las como tal.

7. O parágrafo § 6º do Art. 225 prevê que as **usinas** que operem com **REATOR NUCLEAR** deverão ter sua localização definida em **LEI FEDERAL**, sem o que não poderão ser instaladas.

- A Constituição **não proíbe** a existência de usinas que operem com reator nuclear, mas exige que elas tenham sua localização definida em **lei federal** (**cuidado!** não é municipal, estadual ou ainda definida pela própria Constituição).

Além do artigo 225, a CFRB/88 também faz alusão à proteção ambiental em **diversos outros pontos** de seu texto. Vejamos os principais deles.

8. Em relação aos **direitos e garantias fundamentais** constitucionalmente previstos, o art. 5º, inciso LXXIII, prevê que a **ação popular** é um importante remédio constitucional para que os cidadãos possam anular, entre outros, atos lesivos ao meio ambiente.

- Lembre-se que a **ação popular é ajuizada por cidadãos** e não pode ser ajuizada pelo Ministério Público, que, no entanto, pode atuar como fiscal da lei (custos legis) e pode dar continuidade à ação intentada pelo cidadão quando este a abandonar ou dela desistir e não comparecer nenhum outro cidadão para assumir a titularidade da ação.

9. Em relação ao **Ministério Público**, o art. 129, III, da CFRB/88 prevê como uma de suas funções institucionais promover o **inquérito civil** e a **ação civil pública**, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

- O **inquérito civil** e a **ação civil pública** são dois instrumentos utilizados pelo MP para efetivar a proteção ambiental apregoada na Carta Magna.

10. Com relação aos aspectos da **ordem econômica e financeira**, cumpre destacar uma particularidade acerca da política agrícola e fundiária trazida pelo art. 186, II, que determina:

Art. 186. A **função social** é cumprida quando **a propriedade rural** atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:



- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

- Logo, um dos requisitos para que uma propriedade rural tenha sua função social cumprida é o de que haja a **utilização adequada dos recursos naturais** disponíveis e o **meio ambiente seja preservado**.

11. Quando se fala em **repartição de competências** em termos de meio ambiente, deve-se destacar que está fundamentada na **predominância do interesse**.

- Assim, competem à União assuntos de interesse nacional; aos estados, temas de interesse regional; e aos municípios, assuntos de interesse local.

10. No que se refere à repartição de competências trazidas pela CFRB/88, é fundamental entender que há as **competências legislativas**, que se referem ao **poder de normatizar** (elaborar leis e demais atos normativos) e as **competências materiais**, também chamadas **administrativas**, que se referem à atuação concreta e ao **exercício do poder de polícia**.



- As **competências materiais** da **União são indelegáveis (exclusivas)** e, no que se refere a aspectos relativos ao meio ambiente, podemos destacar (art. 21):

- XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de **energia elétrica** e o **aproveitamento energético** dos cursos de água, em articulação com os estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;
- XVIII - planejar e promover a **defesa permanente contra as calamidades públicas**, especialmente as secas e as inundações;
- XIX - instituir **sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos** e definir **critérios de outorga** de direitos de seu uso;



XX - instituir diretrizes para o **desenvolvimento urbano**, inclusive habitação, **saneamento** básico e **transportes** urbanos;

XXIII - explorar os serviços e **instalações nucleares** de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

XXV - estabelecer as **áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem**, em forma associativa.

- As **competências legislativas da União**, que são **privativas**, mas **delegáveis**, na medida em que **LEI COMPLEMENTAR** pode autorizar os estados a legislar sobre questões **específicas** – **art. 22**, parágrafo único. No que tange a assuntos de natureza ambiental, compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - **desapropriação**;

IV - **águas, energia**, informática, telecomunicações e radiodifusão;

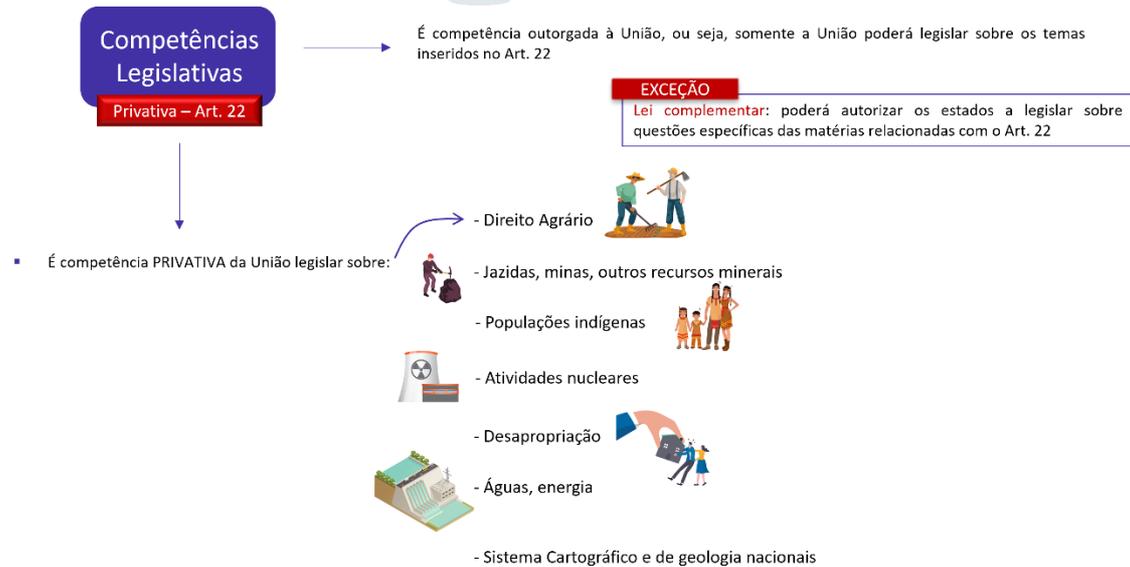
XII - jazidas, minas, outros **recursos minerais** e metalurgia;

XIV - **populações indígenas**;

XVIII - sistema estatístico, **sistema cartográfico** e de **geologia** nacionais;

XXVI - **atividades nucleares** de qualquer natureza;





- A CFRB/88 determinou ser de **competência material comum** da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (todos os entes) - art. 23, VI:

Art. 23. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as **paisagens naturais** notáveis e os **sítios arqueológicos**;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de **obras de arte** e de outros bens de valor histórico, artístico ou **cultural**;

VI - **proteger o meio ambiente** e **combater a poluição** em qualquer de suas formas;

VII - **preservar as florestas, a fauna e a flora**;

VIII - fomentar a **produção agropecuária** e organizar o **abastecimento alimentar**;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de **saneamento básico**;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de **recursos hídricos e minerais** em seus territórios;

- As **competências legislativas concorrentes** entre União, estados e DF trazidas pelo art. 24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e **urbanístico**;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - **responsabilidade por dano ao meio ambiente**, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

- Nesse contexto de **competência legislativa concorrente**, cabe à **União** estabelecer **normas gerais**, o que não exclui a competência suplementar dos estados. Além disso, os estados devem exercer a competência legislativa plena, no caso de não existir lei federal sobre normas gerais.

- Lembre-se que o art. 24 **não inclui os municípios** na competência concorrente de legislar sobre tais temas, apenas a União, os estados e o DF.

- A **art. 30** determina ser **competência dos municípios legislar sobre assuntos de interesse local**, bem como promover, no que couber, **adequado ordenamento territorial**, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, além de promover a **proteção do patrimônio histórico-cultural local**, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

1. O termo **ecodesenvolvimento** começou a aparecer no debate econômico-ambiental na década de 1970. Sobretudo após a Conferência de Estocolmo de 1972, que foi um **marco no debate quanto aos limites do crescimento econômico**, esse termo foi cada vez mais difundido, reforçando a ideia de um desenvolvimento que se preocupa com as questões ambientais.

2. O termo **"desenvolvimento sustentável"** foi notabilizado pela primeira vez no Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesse documento, também conhecido por **"Nosso Futuro Comum"**, o desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da **geração atual**, sem comprometer a capacidade das **gerações futuras** de satisfazerem as suas próprias necessidades.

3. O conceito de desenvolvimento sustentável foi difundido ainda mais com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida por **Eco-92 ou Rio 92**.

- A Conferência Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, resultou na criação da **Agenda 21**, em que cada país se comprometia em solucionar problemas socioambientais, sem comprometer o desenvolvimento sustentável.

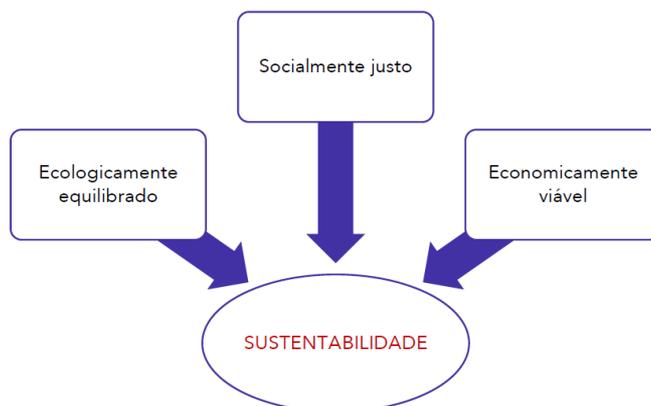




Embora “**ecodesenvolvimento**” e “**desenvolvimento sustentável**” sejam termos relacionados, para fins de prova, devemos considerá-los como conceitos distintos.



4. O **tripé da sustentabilidade** preconiza que o desenvolvimento deve ser **ecologicamente equilibrado**, **socialmente justo** e **economicamente viável**.



Conceito de Poluição, Aspecto e Impacto Ambiental

1. **Impacto ambiental** pode ser definido, de acordo com o art. 1º da Resolução Conama nº 1/86 como:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de **matéria** ou **energia** resultante das atividades humanas que, **direta ou indiretamente**, afetam:

I - a **saúde**, a **segurança** e o **bem-estar** da população;



- II - as atividades **sociais** e **econômicas**;
- III - a **biota**;
- IV - as condições **estéticas** e **sanitárias** do meio ambiente;
- V - a **qualidade** dos **recursos** ambientais.

2. A **poluição ambiental** é definida pela Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em seu art. 3º:

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

(...)

III - poluição, **a degradação da qualidade ambiental** resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

3. Já a **degradação da qualidade ambiental** é definida como a alteração adversa das características do meio ambiente (Lei nº 6.938/81).

4. A norma **ABNT NBR ISO 14.001/15**, que dispõe sobre os sistemas de gestão ambiental, definiu **impacto ambiental** e **aspecto ambiental** da seguinte forma:

- **Aspecto ambiental** é o elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização, que interage ou pode interagir com o meio ambiente; e

- **Impacto ambiental** é a modificação no meio ambiente, tanto adversa como benéfica, total ou parcialmente resultante dos aspectos ambientais de uma organização.

Desse modo, portanto, **aspecto ambiental** pode ser entendido como o mecanismo através do qual uma ação humana causa um impacto ambiental.

- Ex.: A atividade de construção de uma rodovia gera um **aspecto ambiental** de desmatamento da floresta por onde a rodovia irá passar, que gera **impactos ambientais** na fauna e flora existentes naquela floresta, como a perda de habitat e a diminuição da diversidade de espécies.



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.



Dentro do assunto “Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988”, são os pontos que acreditamos serem os que possuem mais chances de serem cobrados pela banca:

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em **todas as unidades da Federação**, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a **alteração** e a **supressão permitidas somente através de LEI**, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, **estudo prévio de impacto ambiental**, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



VI - promover a educação ambiental em **todos os níveis de ensino** e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

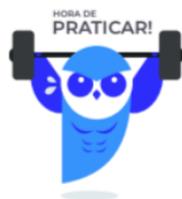
VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

VIII – manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de **lei complementar**, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam a alínea "b" do inciso I e o inciso IV do caput do art. 195 e o art. 239 e ao imposto a que se refere o inciso II do caput do art. 155 desta Constituição.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (CEBRASPE/2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.

O EIA é requisito para o licenciamento de atividades ou de empreendimentos que possam, potencial ou efetivamente, causar significativa degradação da qualidade ambiental.

Comentários

A assertiva está de acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 225, §1º, inciso IV. Vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

Logo, o EIA, é requisito para o licenciamento de atividades ou de empreendimentos que possam, potencial ou efetivamente, causar significativa degradação da qualidade ambiental.

Item correto, portanto.

2. (CEBRASPE/2023) Acerca das normas constitucionais ambientais, julgue o item a seguir.

A instalação de usinas que operem com reator nuclear deverá ter sua localização definida em lei federal.

Comentários

Conforme o art. 225, §6º da Constituição Federal de 1988:

Art. 225, § 6º. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Item CORRETO, portanto.

3. (CEBRASPE/2023) Acerca das normas constitucionais ambientais, julgue o item a seguir.

O dever constitucional de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações é obrigatório ao poder público e facultativo à coletividade.

Comentários

Conforme o Art. 225, caput, da Constituição Federal de 1988:

*Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, **impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.***

Logo, o dever constitucional de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações é **obrigatório** ao poder público e à coletividade.

Item ERRADO, portanto.

4. (CEBRASPE/2023) A respeito dos deveres do Poder Público na defesa e preservação do direito que todos têm ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, julgue os itens a seguir, com base no artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

I A fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético é incumbência do Poder Público.



II As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

III A definição, nas unidades da Federação, dos espaços territoriais e de seus componentes a serem especialmente protegidos pode ser alterada por lei ou medida provisória.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

I **Correta.** A fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético é incumbência do Poder Público.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

*§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, **incumbe ao Poder Público:***

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

II **Errada.** As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em **lei estadual**, sem o que não poderão ser instaladas.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

*§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em **LEI FEDERAL**, sem o que não poderão ser instaladas.*

III **Errada.** A definição, nas unidades da Federação, dos espaços territoriais e de seus componentes a serem especialmente protegidos pode ser alterada por lei **ou medida provisória**.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

*III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a **alteração e a supressão permitidas somente através de lei,***



vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

Dessa forma, a alternativa **correta é a letra "A"**.

5. (CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista Ambiental (IBAMA)/Licenciamento Ambiental) A respeito do meio ambiente, dos princípios do direito ambiental e do dano ambiental, julgue o item subsequente.

A alteração ou supressão dos espaços territoriais especialmente protegidos somente poderá ser permitida por ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Comentários

Conforme o Art. 225 da Constituição Federal de 1988:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

*III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a **alteração e a supressão permitidas somente através de lei**, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;*

Dessa forma, a alteração ou supressão dos espaços territoriais especialmente protegidos somente poderá ser permitida somente através de LEI.

Item errado, portanto.

6. (CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista Ambiental (IBAMA)/Licenciamento Ambiental) A respeito do meio ambiente, dos princípios do direito ambiental e do dano ambiental, julgue o item subsequente.

Embora não tenha *status* constitucional, o estudo de impacto ambiental é importante instrumento quando se trata do desempenho de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.

Comentários

A questão erra ao afirmar que o Estudo de Impacto Ambiental não possui status constitucional. Vejamos:

Art. 225, § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;



Dessa forma, o Estudo de Impacto Ambiental possui *status* constitucional, conforme o art. 225, §1º, IV da CF/88.

Item errado, portanto.

7. (CEBRASPE/2021) À luz das disposições constitucionais relativas aos direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, Poder Executivo, segurança pública e ordem social, julgue o item subsequente.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito de todos, é considerado bem de uso comum do povo.

Comentários

A afirmativa está correta, pois está de acordo com a Art. 225 da CF/88:

Correta interpretação do art. 225 da Constituição Federal:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Item correto, portando.

8. (CEBRASPE/2021) Julgue o item a seguir, relativos à ordem social prevista na CF.

O explorador de recursos minerais está obrigado a recuperar a degradação ocasionada ao meio ambiente, não havendo discricionariedade na adoção da solução técnica a ser implementada, cuja escolha é de responsabilidade do órgão público competente, na forma da lei.

Comentários

De acordo com o art. 225, § 2º da Constituição Federal:

Art. 225 (...)

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

Item correto, portanto.

9. (CEBRASPE/2022) Considerando o entendimento do STF e as disposições da Constituição Federal de 1988 em matéria ambiental, julgue os itens a seguir.

I É vedado ao poder público manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final.

II São patrimônios nacionais a floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.



III É considerada cruel qualquer manifestação cultural que envolva animais em práticas desportivas.

Está(ão) certo(s) apenas o(s) item(ns)

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) II.

Comentários

I **Errada.** É ~~vedado~~ ao poder público manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final.

Art. 225. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III - manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de lei complementar, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam a alínea "b" do inciso I e o inciso IV do caput do art. 195 e o art. 239 e ao imposto a que se refere o inciso II do caput do art. 155 desta Constituição.

II **Correta.** São patrimônios nacionais a floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

Art. 225. § 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

III **Errada.** É ~~considerada cruel~~ qualquer manifestação cultural que envolva animais em práticas desportivas.

Art. 225. § 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Dessa forma, a **alternativa correta é a letra "E"**.

10. (CEBRASPE/2023) Em relação à política ambiental, julgue o item seguinte.

Segundo determina a Constituição Federal de 1988, cabe ao poder público a promoção da educação ambiental somente no ensino fundamental e médio.

Comentários



De acordo com o Art. 225, § 1º, da CF/88:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

*VI - promover a educação ambiental em **todos os níveis de ensino** e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;*

Dessa forma, cabe ao poder público a promoção da educação ambiental em TODOS os níveis de ensino.

Item errado, portanto.

11. (CEBRASPE/2023) Acerca das normas constitucionais ambientais, julgue o item a seguir.

A competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas deve ser exercida de acordo com lei complementar, que fixará normas para a cooperação entre esses entes federativos.

Comentários

Conforme o Art. 23 da CF/88:

*Art. 23. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

*Parágrafo único. **Leis complementares** fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.*

Item correto, portanto.

12. (CEBRASPE/2022) Em matéria ambiental, constitui competência

I privativa da União legislar sobre águas e recursos minerais.

II do município legislar sobre assunto de interesse ambiental local e suplementar a legislação ambiental federal ou estadual.

III comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios preservar florestas, fauna e flora, além de proteger o meio ambiente e de combater todas as formas de poluição.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.



Comentários

I **Correta.** privativa da União legislar sobre águas e recursos minerais.

Art. 22. Compete **privativamente à União** legislar sobre:

IV - **águas**, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

XII - jazidas, minas, outros **recursos minerais** e metalurgia;

II **Correta.** do município legislar sobre assunto de interesse ambiental local e complementar a legislação ambiental federal ou estadual.

Art. 30. Compete aos **Municípios**:

I - **legislar sobre assuntos de interesse local**;

III **Correta.** comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios preservar florestas, fauna e flora, além de proteger o meio ambiente e de combater todas as formas de poluição.

Art. 23. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - **proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas**;

VII - **preservar as florestas, a fauna e a flora**;

Dessa forma, a **alternativa correta é a letra "E"**.

13. (CEBRASPE/2022) Acerca dos princípios ambientais, das competências em matéria ambiental e do direito ambiental constitucional, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 determina que a competência para legislar em matéria de águas é privativa da União.

Comentários

Conforme Art. 22 da CF/88:

Art. 22. Compete **privativamente** à União legislar sobre:

IV - **águas**, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

Item correto, portanto.

14. (CEBRASPE/2022) Acerca dos princípios ambientais, das competências em matéria ambiental e do direito ambiental constitucional, julgue o item a seguir.



Desde que registrada como manifestação cultural popular e integrante do patrimônio cultural brasileiro, a prática desportiva que envolva animais independe da edição de lei específica sobre bem-estar animal.

Comentários

A questão exige o conhecimento do art. 225, §7º da CF/88. Vejamos:

Art. 225, § 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Dessa forma, a prática desportiva que envolva animais independe DEPENDE da edição de lei específica sobre bem-estar animal.

Item errado, portanto.

15. (CEBRASPE/2022/IBAMA) A respeito da competência constitucional dos entes federativos, julgue o item a seguir.

Mediante lei ordinária federal, poderão ser fixadas normas para cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com o objetivo de promover o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Comentários

A afirmativa está errada, uma vez que as normas de cooperação objetivando o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional deverão ser fixadas por leis complementares de cada ente federado, nos termos do art. 23, parágrafo único, da Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

*Parágrafo único. **Leis complementares** fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)*

Item errado, portanto.

16. (CEBRASPE/2022/IBAMA) A respeito da competência constitucional dos entes federativos, julgue o item a seguir

Em razão da essencialidade do direito ambiental, compete privativamente à União fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais nos estados-membros.

Comentários



Essa é uma das duas competências materiais comuns da União, Estados, DF e Municípios que não "dão vontade de chorar", e está presente no inciso XI do art. 23 da Constituição Federal.

Art. 23. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

Item errado, portanto.

17. (CEBRASPE (CESPE) - 2018) As fontes de energia, os transportes e as telecomunicações constituem três elementos básicos da infraestrutura econômica — e, em particular, industrial — de um país. São condições para a sua modernização e, ao mesmo tempo, indicadores de desenvolvimento e da sustentabilidade ambiental.

José William Vesentini. Geografia: o mundo em construção. Ática, vol. 2, 2013, p. 41 (com adaptações).

Acerca do assunto abordado nesse fragmento de texto, bem como de múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue o item a seguir.

A consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável como forma de equilíbrio da proteção do meio ambiente aconteceu na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), ocasião em que foi aprovado o documento chamado de Agenda 21.

Comentários

O conceito de desenvolvimento sustentável foi amplamente difundido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida por Eco-92 ou Rio 92. Essa Conferência, resultou na criação da Agenda 21, em que cada país se comprometia em solucionar problemas socioambientais, sem comprometer o desenvolvimento sustentável.

Item correto, portanto.

18. (CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista Ambiental (IBAMA)/Licenciamento Ambiental) A respeito da caracterização geoeconômica da sociedade brasileira, julgue o item que se segue.

O desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais não são atividades excludentes, mas, sim, conflitantes, e qualquer ação que provoque desequilíbrio entre eles não se pode caracterizar como sustentável.

Comentários

O desenvolvimento sustentável deve harmonizar a tensão entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Por isso, o desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais não são atividades excludentes, mas, sim, conflitantes, e qualquer ação que provoque desequilíbrio entre eles não se pode caracterizar como sustentável.

Item correto, portanto.



19. (CEBRASPE/2023) Com relação ao SISNAMA e à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), julgue o item subsequente.

Conforme a PNMA, a degradação da qualidade ambiental é a alteração adversa das características do meio ambiente.

Comentários

De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.938/81, que disciplina alguns importantes conceitos no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente. Vejamos:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

Item correto, portanto

20. (CEBRASPE/2023) Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetam, direta ou indiretamente,

I a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

II as atividades sociais e econômicas.

III a biota.

IV as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente.

V a qualidade dos recursos ambientais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- b) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, III, IV e V estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.

Comentários

De acordo com o art. 1º, incisos I a V da Resolução CONAMA n.º 01/86:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;



III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.

Dessa forma, a alternativa **correta é a letra "D"**.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. A CRFB/88 apresenta diversas responsabilidades do poder público para que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado seja assegurado, quais são elas?
2. Consideram-se cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, de acordo com a Constituição Federal de 1988?
3. De acordo com a CF/88, são Patrimônio Nacional:
4. O que são terras devolutas?
5. A Constituição proíbe a existência de usinas que operem com reator nuclear? Por quê?



6. A ação popular é ajuizada por quem?
7. Qual órgão possui competência para promover o inquérito civil e a ação civil pública?
8. Quais as competências materiais da União no que se refere a aspectos relativos ao meio ambiente?
9. Quais as competências legislativas da União no que tange a assuntos de natureza ambiental?
10. Quais as competências materiais comuns da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios?
11. Quais as competências legislativas concorrentes entre União, estados e DF?
12. Defina impacto ambiental de acordo com a Resolução Conama nº 01/86.
13. Defina poluição ambiental de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente.

Perguntas com respostas

1. A CRFB/88 apresenta diversas responsabilidades do poder público para que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado seja assegurado, quais são elas?

No § 1º do art. 225, a CRFB/88 apresenta diversas responsabilidades do poder público para que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado seja assegurado. Vejamos:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em **todas as unidades da Federação**, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a **alteração** e a **supressão permitidas somente através de LEI**, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, **estudo prévio de impacto ambiental**, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em **todos os níveis de ensino** e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.



VIII – manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final, na forma de **lei complementar**, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes, especialmente em relação às contribuições de que tratam a alínea "b" do inciso I e o inciso IV do caput do art. 195 e o art. 239 e ao imposto a que se refere o inciso II do caput do art. 155 desta Constituição.

2. Consideram-se cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, de acordo com a Constituição Federal de 1988?

Não. De acordo com a CF/88, Art. 225, § 7º, **não** se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, **devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos**.

3. De acordo com a CF/88, são Patrimônio Nacional:

A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato- Grossense e a Zona Costeira.

4. O que são terras devolutas?

Terras devolutas são aquelas pertencentes ao poder público e que nunca foram legalmente de um particular. A CFRB/88 prevê que as terras devolutas do Brasil necessárias à proteção dos ecossistemas naturais sejam indisponíveis em vista da importância ecológica de tais locais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

5. A Constituição proíbe a existência de usinas que operem com reator nuclear? Por quê?

A Constituição **não proíbe** a existência de usinas que operem com reator nuclear, mas exige que elas tenham sua localização definida em **lei federal** (**cuidado!** não é municipal, estadual ou ainda definida pela própria Constituição).

6. A ação popular é ajuizada por quem?

A **ação popular** é um importante remédio constitucional para que os cidadãos possam anular, entre outros, atos lesivos ao meio ambiente. Lembre-se que a **ação popular é ajuizada por cidadãos** e não pode ser ajuizada pelo Ministério Público, que, no entanto, pode atuar como fiscal da lei (custos legis) e pode dar continuidade à ação intentada pelo cidadão quando este a abandonar ou dela desistir e não comparecer nenhum outro cidadão para assumir a titularidade da ação.

7. Qual órgão possui competência para promover o inquérito civil e a ação civil pública?

O inquérito civil e a ação civil pública são dois instrumentos utilizados pelo Ministério Público para efetivar a proteção ambiental apregoada na Carta Magna.

8. Quais as competências materiais da União no que se refere a aspectos relativos ao meio ambiente?



As **competências materiais** da **União são indelegáveis (exclusivas)** e, no que se refere a aspectos relativos ao meio ambiente, podemos destacar (art. 21):

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de **energia elétrica** e o **aproveitamento energético** dos cursos de água, em articulação com os estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

XVIII - planejar e promover a **defesa permanente contra as calamidades públicas**, especialmente as secas e as inundações;

XIX - instituir **sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos** e definir **critérios de outorga** de direitos de seu uso;

XX - instituir diretrizes para o **desenvolvimento urbano**, inclusive habitação, **saneamento básico** e **transportes** urbanos;

XXIII - explorar os serviços e **instalações nucleares** de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

XXV - estabelecer as **áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem**, em forma associativa.

9. Quais as competências legislativas da União no que tange a assuntos de natureza ambiental?

As **competências legislativas da União**, que são **privativas**, mas **delegáveis**, na medida em que **LEI COMPLEMENTAR** pode autorizar os estados a legislar sobre questões **específicas** – **art. 22**, parágrafo único. No que tange a assuntos de natureza ambiental, compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - **desapropriação**;

IV - **águas, energia**, informática, telecomunicações e radiodifusão;



- XII - jazidas, minas, outros **recursos minerais** e metalurgia;
- XIV - **populações indígenas**;
- XVIII - sistema estatístico, **sistema cartográfico** e de **geologia** nacionais;
- XXVI - **atividades nucleares** de qualquer natureza;

10. Quais as competências materiais comuns da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios?

A CFRB/88 determinou ser de **competência material comum** da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (todos os entes) - art. 23:

Art. 23. É **competência comum** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as **paisagens naturais** notáveis e os **sítios arqueológicos**;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de **obras de arte** e de outros bens de valor histórico, artístico ou **cultural**;
- VI - **proteger o meio ambiente e combater a poluição** em qualquer de suas formas;
- VII - **preservar as florestas, a fauna e a flora**;
- VIII - fomentar a **produção agropecuária** e organizar o **abastecimento alimentar**;
- IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de **saneamento básico**;
- XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de **recursos hídricos e minerais** em seus territórios;

11. Quais as competências legislativas concorrentes entre União, estados e DF?

As **competências legislativas concorrentes** entre União, estados e DF trazidas pelo art. 24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e **urbanístico**;
- VI - **florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição**;
- VII - **proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico**;



VIII - **responsabilidade por dano ao meio ambiente**, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

12. Defina impacto ambiental de acordo com a Resolução Conama nº 01/86.

Impacto ambiental pode ser definido, de acordo com o art. 1º da Resolução Conama nº 1/86 como:

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de **matéria** ou **energia** resultante das atividades humanas que, **direta ou indiretamente**, afetam:

- I - a **saúde**, a **segurança** e o **bem-estar** da população;
- II - as atividades **sociais** e **econômicas**;
- III - a **biota**;
- IV - as condições **estéticas** e **sanitárias** do meio ambiente;
- V - a **qualidade** dos **recursos** ambientais.

13. Defina poluição ambiental de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente.

A **poluição ambiental** é definida pela Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em seu art. 3º:

Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

(...)

III - poluição, **a degradação da qualidade ambiental** resultante de atividades que **direta ou indiretamente**:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Grande abraço e bons estudos!



Monik Begname



[Insta: www.instagram.com/profmonikbegname](https://www.instagram.com/profmonikbegname)



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. (CEBRASPE/2023) Acerca do estudo de impacto ambiental (EIA) e do licenciamento ambiental, julgue o item seguinte.

O EIA é requisito para o licenciamento de atividades ou de empreendimentos que possam, potencial ou efetivamente, causar significativa degradação da qualidade ambiental.

2. (CEBRASPE/2023) Acerca das normas constitucionais ambientais, julgue o item a seguir.

A instalação de usinas que operem com reator nuclear deverá ter sua localização definida em lei federal.

3. (CEBRASPE/2023) Acerca das normas constitucionais ambientais, julgue o item a seguir.

O dever constitucional de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações é obrigatório ao poder público e facultativo à coletividade.

4. (CEBRASPE/2023) A respeito dos deveres do Poder Público na defesa e preservação do direito que todos têm ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, julgue os itens a seguir, com base no artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

I A fiscalização das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético é incumbência do Poder Público.

II As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

III A definição, nas unidades da Federação, dos espaços territoriais e de seus componentes a serem especialmente protegidos pode ser alterada por lei ou medida provisória.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão certos.

5. (CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista Ambiental (IBAMA)/Licenciamento Ambiental) A respeito do meio ambiente, dos princípios do direito ambiental e do dano ambiental, julgue o item subsequente.

A alteração ou supressão dos espaços territoriais especialmente protegidos somente poderá ser permitida por ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

6. (CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista Ambiental (IBAMA)/Licenciamento Ambiental) A respeito do meio ambiente, dos princípios do direito ambiental e do dano ambiental, julgue o item subsequente.



Embora não tenha *status* constitucional, o estudo de impacto ambiental é importante instrumento quando se trata do desempenho de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.

7. (CEBRASPE/2021) À luz das disposições constitucionais relativas aos direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, Poder Executivo, segurança pública e ordem social, julgue o item subsequente.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito de todos, é considerado bem de uso comum do povo.

8. (CEBRASPE/2021) Julgue o item a seguir, relativos à ordem social prevista na CF.

O explorador de recursos minerais está obrigado a recuperar a degradação ocasionada ao meio ambiente, não havendo discricionariedade na adoção da solução técnica a ser implementada, cuja escolha é de responsabilidade do órgão público competente, na forma da lei.

9. (CEBRASPE/2022) Considerando o entendimento do STF e as disposições da Constituição Federal de 1988 em matéria ambiental, julgue os itens a seguir.

I É vedado ao poder público manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final.

II São patrimônios nacionais a floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

III É considerada cruel qualquer manifestação cultural que envolva animais em práticas desportivas.

Está(ão) certo(s) apenas o(s) item(ns)

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) II.

10. (CEBRASPE/2023) Em relação à política ambiental, julgue o item seguinte.

Segundo determina a Constituição Federal de 1988, cabe ao poder público a promoção da educação ambiental somente no ensino fundamental e médio.

11. (CEBRASPE/2023) Acerca das normas constitucionais ambientais, julgue o item a seguir.

A competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas deve ser exercida de acordo com lei complementar, que fixará normas para a cooperação entre esses entes federativos.

12. (CEBRASPE/2022) Em matéria ambiental, constitui competência

I privativa da União legislar sobre águas e recursos minerais.



II do município legislar sobre assunto de interesse ambiental local e suplementar a legislação ambiental federal ou estadual.

III comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios preservar florestas, fauna e flora, além de proteger o meio ambiente e de combater todas as formas de poluição.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

13. (CEBRASPE/2022) Acerca dos princípios ambientais, das competências em matéria ambiental e do direito ambiental constitucional, julgue o item a seguir.

A Constituição Federal de 1988 determina que a competência para legislar em matéria de águas é privativa da União.

14. (CEBRASPE/2022) Acerca dos princípios ambientais, das competências em matéria ambiental e do direito ambiental constitucional, julgue o item a seguir.

Desde que registrada como manifestação cultural popular e integrante do patrimônio cultural brasileiro, a prática desportiva que envolva animais independe da edição de lei específica sobre bem-estar animal.

15. (CEBRASPE/2022/IBAMA) A respeito da competência constitucional dos entes federativos, julgue o item a seguir.

Mediante lei ordinária federal, poderão ser fixadas normas para cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios com o objetivo de promover o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

16. (CEBRASPE/2022/IBAMA) A respeito da competência constitucional dos entes federativos, julgue o item a seguir

Em razão da essencialidade do direito ambiental, compete privativamente à União fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais nos estados-membros.

17. (CEBRASPE (CESPE) - 2018) As fontes de energia, os transportes e as telecomunicações constituem três elementos básicos da infraestrutura econômica — e, em particular, industrial — de um país. São condições para a sua modernização e, ao mesmo tempo, indicadores de desenvolvimento e da sustentabilidade ambiental.

José William Vesentini. Geografia: o mundo em construção. Ática, vol. 2, 2013, p. 41 (com adaptações).

Acerca do assunto abordado nesse fragmento de texto, bem como de múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue o item a seguir.



A consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável como forma de equilíbrio da proteção do meio ambiente aconteceu na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), ocasião em que foi aprovado o documento chamado de Agenda 21.

18. (CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista Ambiental (IBAMA)/Licenciamento Ambiental) A respeito da caracterização geoeconômica da sociedade brasileira, julgue o item que se segue.

O desenvolvimento econômico e a conservação dos recursos naturais não são atividades excludentes, mas, sim, conflitantes, e qualquer ação que provoque desequilíbrio entre eles não se pode caracterizar como sustentável.

19. (CEBRASPE/2023) Com relação ao SISNAMA e à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), julgue o item subsequente.

Conforme a PNMA, a degradação da qualidade ambiental é a alteração adversa das características do meio ambiente.

20. (CEBRASPE/2023) Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetam, direta ou indiretamente,

I a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

II as atividades sociais e econômicas.

III a biota.

IV as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente.

V a qualidade dos recursos ambientais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- b) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- c) Apenas os itens I, III, IV e V estão certos.
- d) Todos os itens estão certos.



Gabarito

GABARITO



1. Correta
2. Correta
3. Errada
4. Letra A
5. Errada
6. Errada
7. Correta
8. Correta
9. Letra E
10. Errado
11. Correta
12. Letra E
13. Correta
14. Errada
15. Errada
16. Errada
17. Correta
18. Correta
19. Correta
20. Letra D





ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.